

A EMERGÊNCIA DA INTELLECTUALIDADE CONSERVADORA NO SERTÃO DA BAHIA: ALFREDO SILVA E JOÃO GUMES

THE EMERGENCY OF CONSERVATIVE INTELLECTUALITY IN THE HINTERLAND OF BAHIA: ALFREDO SILVA AND JOÃO GUMES

Danielly Pereira dos Santos¹
Diego Raian Aguiar Pinto²

Resumo

O estudo busca compreender a ascensão da intelectualidade conservadora no sertão baiano, especificamente na cidade de Caetité, por meio do legado escrito de duas de suas personalidades, Alfredo Silva e João Gumes. Discute, por esse motivo, o conceito de "intelectualidade" a partir da sua variabilidade de perspectivas e temporalidades, bem como os sentidos advindos da palavra "conservador", a fim de compreender como essas duas categorias mobilizam saberes e influenciam segmentos sociais necessários, como a escola e a imprensa. Para isso, utilizou-se as ideias de Huntington (1957), Hirschman (1991), Cazetta (2017), Said (2005), Foucault (1979), Sartre (1972), dentre outros teóricos.

Palavras-chave: Intelectualidade. Conservadorismo. Intelectual conservador. Caetité-BA.

Introdução

O conceito de intelectual diverge no tempo e no espaço. Os contextos históricos acabam por definir o significado, o espaço de atuação e a essência do que é ser um intelectual. No campo comum, o intelectual está ligado à produção e à representação de uma gama de práticas culturais e, por esse motivo, a associação entre intelectualidade e cultura é inevitável.

Abstract

The study seeks to understand the increase of conservative intellectuality in the backland of Bahia, specifically in the city of Caetité, through the written legacy of two of its personalities, Alfredo Silva and João Gumes. For this reason, it discusses the concept of "intellectuality" based on its variability of perspectives and temporalities, as well as the meanings resulting from the word "conservative", in order to understand how these two categories mobilize knowledges and influence necessary social segments, such as school and the press. For this, the ideas of Huntington (1957), Hirschman (1991), Cazetta (2017), Said (2005), Foucault (1979), Sartre (1972), among others thinkers, were used.

Keywords: Intellectuality. Conservatism. Conservative intellectual. Caetité-BA.

Tão quanto o conceito de intelectual, cultura é um termo que, ao longo da história, assumiu diferentes significações e passou por inúmeras interpretações. Inicialmente ligado ao ato de arar a terra, cultura – *culturae/colere*, do latim plantar, cultivar o solo – modificou-se historicamente e assumiu diferentes formas, quase todas dissociadas do conceito original. Hoje, cultura é o oposto daquilo que é natural. É justamente nas interpretações que dissociam o conceito de cultura do conceito de natureza que encontramos a categoria do intelectual.

Um dos entendimentos mais reproduzidos socialmente sobre o significado de intelectual está ligado a uma noção ateniense. Na Grécia Antiga, a filosofia clássica comandava os campos de inteligência, dominando a produção artística, literária e teórica da Hélade. Sócrates (469 a.C – 399 a.C), Platão (428 a.C – 348 a.C) e Aristóteles (384 a.C – 322 a.C), importantes filósofos clássicos e base do pensamento ocidental, sempre defenderam que o papel do indivíduo voltado para as letras é o de criticar a realidade vigente. Ser intelectual é cultivar a fala e representar de modo crítico a dinâmica social estabelecida. Por isso, nas concepções socráticas, platônicas e aristotélicas encontramos diferentes representações da sociedade grega, que, de maneira muito resumida, podem ser divididas em duas linhas de pensamento: o desenvolvimento de críticas aos modelos políticos e a construção de modelos ideais de sociedade.

O pensamento clássico grego é basilar para as teorias de conhecimento produzidas no ocidente. Os processos históricos de colonização colocaram o pensamento grego dentro da construção do Império Romano, gênese da construção geográfica europeia. Os processos de colonização modernos levaram o pensamento clássico grego para as Américas e para quase todo o mundo. Nesse ponto, evidenciamos que a conceitualização do intelectual se mantém dentro da teorização grega: O intelectual tende a ser o indivíduo agente e representante dos processos históricos de determinada sociedade.

A passagem do século XIX para o século XX foi marcante para Brasil. Inúmeros e intensos foram os processos históricos que colocaram o Brasil em uma posição convergente ao mundo em sua volta, entre eles, destacamos a abolição da escravidão, em 1888, e a proclamação da República, em 1889.

Nesse Brasil em construção, era esperado que o século XX se consolidasse como um espaço de mudanças na dinâmica social, tornando o país mais justo e melhor de se viver. Esse espaço de modificação foi fundamental para a insurgência de personagens críticos e representantes das suas realidades, proporcionando ao Brasil dos séculos XIX e XX uma leva de escritores preocupados com a organização social, econômica e política do país. A título de exemplo, destacamos Machado de Assis, Euclides da Cunha, Lima Barreto e Oswald de Andrade, todos os homens envolvidos nesse contexto.

Tais personagens se adéquam ao conceito clássico de intelectualidade por partilharem, em suas produções, a representação de aspectos relacionados à sociedade brasileira e por desenvolverem críticas aos contextos sociais e históricos. Além disso, eles estruturaram diferentes correntes de pensamento, importantes para a construção de perspectivas teóricas sobre o espaço e o povo, como, por exemplo, o realismo Machadiano e o Modernismo de Oswald de Andrade.

João Antônio dos Santos Gumes (1858 – 1930) e Alfredo José da Silva (1887 - 1985), ambos viventes e atuantes dentro de um espaço geográfico interiorano e, por muito tempo, invisibilizados das produções históricas, também fazem parte da intelectualidade insurgente no Brasil contemporâneo.

Para análise de Alfredo Silva e João Gumes fez-se necessário o entendimento de todo contexto que os envolve, desde as relações mais pessoais até as mais institucionalizadas. É fundamental a análise do ser além do próprio ser; suas subjetividades estão envolvidas com suas intenções e seus viveres no mundo, conforme discute Merleau-Ponty em *A prosa do mundo* (2002). As redes que interligam esses autores ao mundo são construídas por meio da experiência ativa, que conecta o ser a outros inúmeros seres e a outras inúmeras materialidades.

Desestruturando a hierarquização geográfica elitizada do Brasil, são esses dois personagens os responsáveis por representar esse país em um contexto local, para um público e um espaço diferentes. Seriam esses cidadãos menos intelectuais por estarem dentro de um espaço geográfico interiorano? As representações sobre o interior são menos importantes para o entendimento da formação histórica, social e cultural do Brasil?

As novas concepções da História, inauguradas com o advento da Escola dos Annales, dizem que não. Se toda produção intelectual parte de algum lugar, a balança que mede o valor das diferentes regiões do país é uma criação simbólica para a valorização dos grandes centros de desenvolvimento econômico – São Paulo e Rio de Janeiro – em detrimento das demais regiões do país. Na contemporaneidade, enfatiza-se a história e o conhecimento local em detrimento da historiografia positivista, já que o Brasil também “aconteceu” para os cidadãos de cidades menores, a exemplo de Caetité, que não é só cenário, mas também fator preponderante para a produção intelectual de Alfredo Silva e João Gumes.

Cidade marcada pelo processo escravagista, Caetité – situada no Alto Sertão da Bahia – carrega como herança uma forte divisão social: de um lado, a classe menos favorecida; de outro, a elite, ainda hoje representada na figura da família Teixeira. Apresenta, também, o desejo da manutenção do *status quo*, o que pode ser exemplificado pela criação da *Casa Preta*, instituição de caridade criada com o objetivo de promover a limpeza social e higienização do centro, conforme elucidam Alexandre Marques e Ana Paula Silva (2017).

Esse contexto, que não foi realidade só de Caetité como também do Rio de Janeiro e tantas outras cidades, mostra a efervescência e a defesa de ideologias conservadoras. Conceitos que aparecem, segundo Koselleck (2012, p. 103), com o objetivo de agrupar, ordenar e mobilizar as massas podem ser vistos com bastante clareza, embora tenham surgido, evidentemente, em períodos remotos. O sufixo *-ismo* aparece com grande força e impacto dentro do aspecto ideológico; aqui, destacamos o “conservadorismo”.

O Dicionário Online de Língua Portuguesa (2019) define o vocábulo “conservadorismo” como “doutrina ou ideologia que defende a conservação ou a mudança gradual do que, numa sociedade, é considerado tradicional, opondo-se a reformas sociais ou alterações político-econômicas radicais”. Historicamente, no entanto, vemos que a versão dicionarizada do vocábulo é simplista e não representa as mudanças sofridas pelo termo ao longo dos anos.

Trigueiro (2016) apresenta o trajeto histórico do vocábulo, tanto como fenômeno político, quanto como tradição filosófica; o autor se apegua às análises do

pensamento conservador feitas por Huntington (1957) e Hirschman (1991) por acreditar que são mais complexas e completas que as antecessoras, como as de Nash (1976) e Oakeshott (1991).

Para Huntington (1957) e Hirschman (1991), é fundamental a ênfase ao caráter polissêmico da palavra. Huntington (1957), em específico, discorre sobre como o conservadorismo surge na intenção de repudiar ou abolir alguma ameaça detectável. Hirschman (1991), por sua vez, afirma que o discurso conservador pode ser dividido em três princípios: a) o da perversidade; b) o da futilidade; c) o do perigo.

O princípio da perversidade diz respeito à ideia de que a tentativa de induzir a sociedade para X lugar geraria a consequência dessa sociedade chegar ao ponto Y, ou seja, a uma direção oposta. O da futilidade traz a ideia de que não importa qual novo modelo social seja proposto, as estruturas já enraizadas da sociedade continuarão firmes e imóveis. Por sua vez, o princípio do perigo é o de que existe um custo bastante alto para a mudança, como possíveis perdas de benefícios e direitos consolidados. (HIRSCHMAN, 1991).

Essas perspectivas, no entanto, não são opostas às suas antecessoras, na verdade as completam: para Corey Robin (2011), por exemplo, o conservadorismo adota postura de descrença frente aos desdobramentos sociais, estes que – na verdade – são comuns, dado o caráter orgânico da sociedade. Nota-se, portanto, que o pensamento conservador é marcado, na concepção dos teóricos em geral, pelo medo da mudança.

Desde o pensamento socrático, o intelectual continua a ser desenhado como o pensador que se encontra incluso nos desdobramentos sociais e políticos e que pode, diferente de outros segmentos, fazer uso do privilégio da palavra (XAVIER, 2009). Aqui se insere Alfredo José da Silva – negro, de uma pequena cidade no interior da Bahia –, que poderia ter se conformado com condição semelhante a de tantos outros cidadãos em iguais condições: na maioria das vezes, há a negação do lugar de fala e, conseqüentemente, da possibilidade de deixar marcas no mundo.

1. Alfredo José da Silva

Alfredo Silva, no entanto, recusa-se a isso – o que nos remete ao conceito agência de Latour (1994), que, em linhas gerais, pode ser definido como a capacidade de seres vivos processarem experiências e projetarem formas de enfrentamento da vida, ainda que esteja subjugado às mais diferentes formas de coerção ou adversidades –, uma vez que se encontrava situado no interior do Sertão Baiano, local pouco propício para o exercício da intelectualidade, já que longe dos centros urbanos e de difícil divulgação do pensamento.

Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, faz um eloquente elogio a uma resistência romantizada. Em paráfrase, pode-se dizer que “Alfredo Silva é, antes de tudo, um forte” e ainda se ter o sentido original da máxima. O cidadão santoamarense vê na educação uma esperança de ascensão social: muda-se para Salvador onde cursa a Escola Normal e se forma em 1905. No mesmo ano, ingressa no serviço público estadual como professor, passando, nos anos seguintes, por escolas em diversas cidades até sua transferência, em 1926, para a Escola Normal de Caetité.

É na cidade de Caetité que Alfredo Silva, de fato, faz-se figura pública. Anos mais tarde, assume o cargo de diretor, sendo o primeiro diretor negro da instituição no Brasil. Depois, torna-se prefeito da cidade por decreto governamental, o que colabora com a manutenção do *status quo*: sendo filho de coronel branco (fato, inclusive, pouco difundido a seu respeito), formado na Escola Normal de Salvador, reprodutor de teses racialistas – embora fosse negro –, Alfredo Silva é concebido como a figura política ideal e se mantém no poder por dois anos; a este respeito, o que se tem de registro sobre suas ações enquanto prefeito são as tentativas de construção de escolas.

Para compreender melhor a figura ímpar que é Alfredo Silva, necessário se faz elucidar o conceito de estrutura. Para Giddens (1989), a atividade humana constitui a estrutura e, ao mesmo tempo, a estrutura constitui a atividade humana. Assim, para Carneiro,

Os sistemas sociais apresentam propriedades estruturais que organizam recursivamente as práticas sociais. Neste sentido, as regras e os recursos que entram em contato com as instituições são

os aspectos mais importantes da estrutura. Os sistemas reproduzem as relações entre atores ou coletividades organizadas como práticas regulares (CARNEIRO, 2006, p. 41).

Nessa estrutura, o humano aparece como agente, ou seja, como alguém capaz de exercer uma ação intencionada e racionalizada, ainda que subjugada a uma estrutura pré-existente. A ação do sujeito, para Giddens (1989), é sempre limitada ao grau do poder que ele assume. Assim, percebe-se que Alfredo Silva faz parte de uma estrutura anterior, evidentemente, a sua existência e que apresenta traços de uma colonização escravista, daí seu posicionamento e defesa de teses racialistas do século XX, como poderá ser percebido nas discussões a seguir, mesmo sendo negro.

Entre o biênio 1954-1955, o professor produz dois manuscritos, ambos intitulados pelo Arquivo Público Municipal de Caetité como "Gramática", embora seu conteúdo verse sobre a literatura brasileira. Juntos, os dois volumes formam um extenso ensaio de crítica literária que não teve circulação durante a vida do autor, tampouco depois de sua morte, e que relevam parte da formação discursiva do século XIX-XX de entendimento necessário para a compreensão dos discursos circundantes ainda nos dias de hoje.

O discurso presente em mais de quinhentas páginas demonstra a busca por aquilo que Foucault chama, em *A ordem do discurso* (1996) de "vontade de verdade". Esta apoia-se nos discursos como uma pressão em forma de coerção, já que busca a todo momento passar somente aquilo que é verdadeiro e, quiçá, original. No entanto, conforme discutido pelo filósofo posteriormente, esse ideal nem sempre é efetivado na linguagem, sobretudo pelo processo de rarefação do discurso. Assim, os escritos de Alfredo Silva merecem atenção tanto pelo tom de afirmativa de fatos como verdades inquestionáveis quanto pela relevância deles para a intelectualidade brasileira.

Sartre é quem cunha o conceito de intelectual das letras. Sobre esse tipo de intelectual, Xavier (2009, p. 30) afirma que "[...] seu lugar de força é o texto publicado, endereçado a um determinado leitor que fará de sua leitura o próprio instrumento de síntese para a leitura desse mundo que, assim como o escritor, ele também habita". Esse intelectual tenta romper com o que está posto, numa atitude

crítica de tentativa de modificação do *status quo*. Alfredo Silva, bem como João Gumes, conforme se discutirá, no entanto, compactua com o poder hegemônico de sua época e o defende, sendo eles parte de uma estrutura estruturada e estruturante, conforme defende Bourdieu (1983) em seu conceito de *habitus* (conjunto de disposições duráveis e transferíveis, em que experiências passadas são passíveis de serem incorporadas e, muitas vezes, age como matriz estruturante das percepções e ações dos atores sociais).

Felipe Cazetta, em *Intelectuais conservadores e a luta pelo poder* (2017), discute que o final do século XIX – período em que se insere Alfredo Silva – é marcado pela crise entre permanência e redefinição: há a tentativa de retomar tradições para a recuperação das noções de moralidade nas civilizações, o que colabora com edificação do nacionalismo. A partir daí, vê-se a tentativa – não só nos países europeus, como no texto do próprio Silva – de afirmação da superioridade de uma “raça nacional”.

O professor dedica um capítulo inteiro dos manuscritos para discutir a questão da raça, pois a entende como um fator importante para a compreensão da literatura nacional. Após discorrer sobre os três troncos étnicos principais – indígena, negro e branco – que fundam o povo brasileiro, chega à conclusão de que:

Serão os brasileiros inteligentes e ávidos, ásperos no ganho e desperdiçados na economia, aventureiros e idealistas, como os brancos, serão sentimentais e servis, licenciosos e indisciplinados, e capazes, entretanto, das provocações mais penosas, como os pretos; serão altivos e indolentes, sem saber reagir às condições demoradas de pressão, mas insubmissos às coações afrontosas, como os brasileiros primitivos, qualidades muitas vezes antagônicas, que existem em dois indivíduos, próximos, no mesmo indivíduo alternativamente, ainda não depuradas e reunidas num resumo perfeito dos componentes. (SILVA, 2018, p. 63).

Nota-se o uso do verbo no futuro do presente do modo indicativo: “serão”. Na concepção de Silva, o povo brasileiro ainda não estava formado, pois, dada a mistura das três raças, “essa química racial levará ainda muitos séculos para apresentar um padrão nacional, dotado de caracteres próprios, sólidos, sem arestas que denunciem a heterogênea cristalização” (SILVA, 2018, p. 59). Além disso, na opinião do autor, o resultado do que chama de “química racial” é um povo genuinamente branco:

De acordo com as regras da evolução e com os fatos que se vão evidenciando, é claro o prognóstico de que a futura raça brasileira será branca, pela desassimilação, pela depuração, que se vai lentamente operando, isto é, com a eliminação dos caracteres recebidos das raças negra e selvícola. (SILVA, 2018, p. 59).

Silvio Romero escreve, em 1960, teorias racialistas semelhantes às defendidas por Silva; para ele, a modernização do Brasil caminhará para uma extinção das influências indígenas e africanas. Por outro lado, vê-se o contraste entre Alfredo Silva e Sílvio Romero (1960), já que o primeiro defende a não unidade do povo brasileiro, dado a formação primordial das três raças, e o segundo defende que há, sim, uma unidade, esta que – inclusive – dá origem a uma raça superior, pois estaria adaptada ao clima do país.

Ainda sobre questões racialistas tratadas pelo baiano, é perceptível a semelhança com o pensamento de Nina Rodrigues, que muitos anos antes escreve:

Ninguém pode duvidar tão pouco de que anatomicamente o negro esteja menos adiantado em evolução do que o branco. Os negros africanos são o que são: nem melhores nem piores que os brancos; simplesmente eles pertencem a uma outra phase do desenvolvimento intellectual e moral. (RODRIGUES, 1956, p. 120)

A teoria do branqueamento é nítida nos excertos dos dois autores. Alfredo Silva, no entanto, escreve na segunda metade do século XX, quando tais ideias foram desacreditadas, sobretudo após a interferência da ONU com palestras sobre igualdade e defesa dos direitos coletivos e individuais.

É válido lembrar que Silva era um homem negro que defendia ideias que militavam contrariamente ao seu próprio povo. Nina Rodrigues, como visto anteriormente, subjuga a intelectualidade negra, o que ainda pode ser notado no início do século XXI. No entanto, é também no início do século hodierno que o movimento negro começa a procura por indícios epistemológicos da intelectualidade negra, a qual finalmente começa a ser valorada.

Sobre isso, Sílvio Romero afirma

A pobre raça escravizada não teve nunca o direito de entrar na história: seu Trabalho intelectual foi anônimo, bem como seu trabalho físico. Ainda mesmo em fatos altamente épicos, em fenômenos extraordinários, como o do Estado dos Palmares, a história é anônima. Como se chamava o herói negro, o último Zumbi, que sucumbiu à frente dos seus nos Palmares? Ninguém sabe. É de Justiça conquistar um lugar para o africano em nossa história: não é do domínio Exclusivo do africanismo que peço: exijo apenas mais equidade na distribuição dos papéis em nossa luta de quatro séculos (ROMERO, 1960, p. 128).

O desejo de Romero começa, então, a ser efetivado: o intelectual negro, finalmente, deixa de ser referido como “alguém que tenta entrar na classe intelectual” e passa a ser reconhecido como aquele que já faz parte dela.

O conservadorismo de Silva não é só nítido em suas ideias, conforme visto, que – em alguns momentos – se encontravam na contramão das correntes teóricas do período, mas também em sua própria grafia:

[...] no manuscrito [Gramática, vol.1], há 1139 palavras com escrita arcaizante, a maioria das quais se repete inúmeras vezes: “elle” (59), “annos” (68), “character” (31), “estylo” (30), etc. Além disso, algumas lexis são registradas com grafia variante, o que indica, na scripta do autor, uma fase de adaptação à simplificação ortográfica, prevalecendo, no entanto, a grafia arcaizante: *anonyma* ~ *annonyma*; *hymnos* ~ *hynnos*; *intellectuaes* ~ *intelectuaes*; *extrophe* ~ *estrophes*; *sinthese* ~ *synthese*. (SANTOS, 2018, p. 28).

As marcas arcaizantes em sua escrita não eram decorrentes de um desconhecimento das regras ortográficas vigentes, mas do apego às normas, as quais – em sua concepção – sempre funcionaram e, por isso, não deveriam deixar de existir. Utilizar a língua em seu caráter mais conservador, fazendo-a se aproximar dos moldes portugueses de escrita, denotava erudição: “esse comportamento de Alfredo Silva demonstra que, mesmo após os primeiros acordos de simplificação ortográfica da língua, ele se manteve apegado à tradição pela qual aprendeu a escrever para se manter na “superfície” da sociedade, lugar que muito batalhou para conquistar”. (SANTOS, 2018, p. 28)

Para Coser (1980, p.19), duas são as condições essenciais para a identificação do intelectual: a) ser identificado e reconhecido socialmente; b) estar presente em

reuniões com seus pares, promovendo a sociabilidade intelectual. Silva atende aos dois critérios de Coser, o que pode ser comprovado com os papéis apensos do primeiro volume de "Gramática", como o bilhete da distinta professora Rachel Pereira de Andrade, de Tanque Novo, uma cidade vizinha.

Alfredo não só escrevia muito bem – de forma poética até – como mantinha uma retórica impecável, daí sua popularidade na cidade, o que colabora para sua chegada ao mais alto cargo de poder da cidade, mesmo sendo ele negro e Caetité, racista. Para Cazetta,

A relação de intelectuais e o poder é demarcada pela instabilidade. A desconfiança de ambos se faz em razão dos políticos questionarem o baixo pragmatismo e as perspectivas pouco realistas sustentadas pelos pensadores. Por outro lado, estes veem com desprezo as alternativas imediatas, voltadas tão somente ao ofício prático e cotidiano de tomada de decisões pelos homens de poder. Desse modo, as finalidades de luta pelo poder são diversas entre os políticos e os pensadores, todavia, não sejam necessariamente excludentes (CAZETTA, 2017, p.3).

Assim, vê-se a união de Alfredo intelectual e Alfredo político; isso o coloca na primeira categoria de intelectual apontada por Coser (1980): o intelectual no poder. Para o autor, essa categoria pode: a) buscar a transformação do governo; b) assumir o poder legitimador como força de atuação; c) promover a decadência interna da sociedade.

Partindo do que é documentado e, portanto, passível de consulta, presume-se que Alfredo Silva encaixa-se no segundo tipo de intelectual: aquele que legitima o que está posto. Assim, ocorre uma projeção de concepções conservadoras e a defesa da hegemonia. Dessa forma, fica claro que a postura conservadora do professor se dá pela resistência às inovações que ameaçam promover rupturas com tradições anteriores, estas que estavam em vigência durante todo o processo de sua ascensão social, sendo compreensível, portanto, sua recusa na aceitação dos novos costumes.

Modificar o status estabelecido moralmente e culturalmente de uma sociedade é algo comum no curso da história, porém esse processo sempre proporcionou para os sujeitos um composto de reações, sejam elas simpatizantes ou não ao novo

paradigma. O Brasil do século XIX foi espaço de intensas modificações estruturais, estas que provocaram no brasileiro múltiplas e divergentes reações.

Tomando como objeto de análise um transmissor das modificações do Brasil do século XIX, temos João Antônio dos Santos Gumes, baiano de Caetité, que nasceu dentro das modificações pelas quais o Brasil começava a passar, talvez por isso também foi – ele próprio – mudança. Mudou sua condição social e alterou sua existência ao se portar como denunciante social dos impropérios acometidos contra o Alto Sertão da Bahia³. Desse modo, modificou também tal estrutura, sendo ele, sem dúvidas, responsável por importantes modificações nesse espaço.

2. João Antônio dos Santos Gumes

Gumes nasceu no seio de uma família de moderados recursos. Teve poucas instruções dos seus pais e, por isso, pendeu para letras com grande autonomia. Logo aos dezoito anos de idade, tornou-se professor de primeiras letras; nesse mesmo período, aprendeu francês, traduzindo algumas obras desse idioma e, conseqüentemente, foi fortemente influenciado pelas doutrinas francesas da época, entre elas, o positivismo, que aparece substancialmente nos seus escritos.

Ao longo de sua vida, Gumes exerceu diversas profissões, todas elas relacionados às letras e a sua importante carga de conteúdo obtida através de sua formação individual e independente. Foi escrivão da Coletoria Municipal, secretário de Intendência Municipal, jornalista e literato. Consolidou-se enquanto um homem sertanejo voltado para a escrita e para representação dos processos políticos, culturais e econômicos de Caetité, da Bahia, do Brasil e do mundo, sendo, por isso, considerado, nessa produção, como um intelectual.

Devemos também observar o espaço como agente transformador do cidadão Gumes. João Gumes representa seu meio, mas também se modifica quando se relaciona com seus objetos de análise. A transformação é dual. Por muito tempo, as pesquisas sociais se debruçaram sobre o método de análise euro-americano, considerando a realidade como anterior ao homem, estática e passível de interpretações objetivas. O interpretante social deve possuir um caráter de neutralidade, além de manter uma distância da realidade analisada. Com a intenção

de modificar a estrutura euro-americana de análise social, Donna Haraway propõe o conceito de *Rede*; para Haraway (1995) o ser nunca está sozinho, ele está sempre conectado a uma rede material densa, preso a inúmeras relações ligadas à semiótica dos conceitos e aos materiais.

A teoria do *Ator Rede (TAR)*, analisada por Bruno Latour (1994), considera que os seres humanos estabelecem uma rede de interação social com outros humanos e também com os não humanos. O ser dentro da TAR está preso a uma múltipla rede de relações, abertas a inúmeras possibilidades; o ator representa em sua atuação uma teia de relações sociais que o envolve. Assim é o cidadão João Gumes – também o cidadão Alfredo Silva –, envolvidos em uma teia de relações que de algum modo acabam por definir seus ideais.

Os discursos são produzidos com base nas interações com as realidades exteriores aos autores. João Gumes e Alfredo Silva deixaram intensas marcas de suas subjetividades nos seus escritos, porém estes também são permeados por inúmeras marcas dos contextos históricos que os circundam. Segundo Orlandi (2001), a análise dos contextos históricos que envolvem o autor de um texto é um tanto quanto complexa e nenhum pouco mecânica. A autora retoma o conceito de forma-sujeito, cunhado por Pêcheux (1975), para reafirmar que as condições históricas são determinantes para definição do papel assumido pelo autor na produção de um texto.

A inserção de Gumes na categoria de intelectual se dá por suas produções revelarem o contexto social no qual estava inserido. Do seu espaço de vivência, escreve sobre a estrutura social do Brasil contemporâneo, criticando os processos históricos que excluía o sertanejo, seu povo, do curso da história. Antes de se portar como escritor, portava-se como cidadão, por isso, Pires (2012) o considera como “escritor cidadão”, conceito traçado por Sevcenko (2003), ao analisar os escritores Lima Barreto e Euclides da Cunha.

Edward Said (2005) caracteriza o intelectual como um ser voltado para as representações sociais cotidianas, um indivíduo responsável por mostrar seu ponto de vista e articular as representações sobre os contextos nos quais eles estão inseridos, com o objetivo de expor para o público uma visão fundamentada sobre

determinado assunto. Gumes se encaixa na categoria de intelectual de Said (2005), uma vez que ele era o maior responsável por representar a dinâmica social do Brasil nas bandas do Alto Sertão da Bahia. Tais representações eram elaboradas principalmente no Jornal *A Penna*, o primeiro jornal da região, criado, em 20 de junho de 1897, e gerido por ele até o seu falecimento, em 1930. Segundo o próprio Gumes, o *A Penna* seria “órgão de opinião pública e advogado dos interesses do povo”⁴.

Além do jornal *A Penna*, Gumes se utilizou da literatura para as suas representações sociais sobre o sertão e sobre o Brasil. A obra literária do autor é extensa e contém livros que criticam as realidades sociais impostas ao sertanejo, em geral. Três literaturas de Gumes ganharam maior notoriedade: *O Sampauleiro*, *Os Analphabetos* e *Vida Campestre*.

“O Sampauleiro” foi escrito entre 1913 e 1915 e trata da imigração dos sertanejos para o polo econômico do país, São Paulo. “Vida Campestre” foi escrito em 1922 e tem como temática principal os costumes dos sertanejos. A obra “Os Analphabetos”, escrita em 1928, tem o objetivo de combater o analfabetismo no sertão brasileiro e se constitui numa das mais importantes críticas de J. Gumes à falta de acesso à cidadania da ampla maioria população brasileira. (PINTO, 2017, p. 03)

João Gumes também produziu em outras áreas do conhecimento, dando suas contribuições na pintura, na música e na arquitetura. As obras produzidas nas áreas citadas, ao contrário das suas literaturas e do seu jornal, não foram a público, ficando restritas aos seus familiares e amigos. O Arquivo Público Municipal de Caetité é, hoje, o principal responsável por salvaguardar a produção intelectual de João Gumes. Essas produções podem ser acessadas diariamente.

Os escritos de Gumes mostram uma característica marcante na sua trajetória como homem das letras: o conservadorismo do século XIX e XX. O discurso dele, por vezes, cai no espaço comum da época e, por isso, percebe-se tentativas de padronizar alguns costumes sertanejos com os costumes dos locais tidos como “avançados”, Rio de Janeiro, principalmente. O Rio de Janeiro – considerado a “corte brasileira” por ser, na época, a capital do Brasil – era visto como centro de maior

civilidade do país, e cabia aos sertanejos a assimilação dos costumes cariocas. É justamente nesse ponto que é percebido certa incoerência nos discursos de Gumes: ao mesmo tempo em que objetivava inserir o sertão na dinâmica progressista da época, acabava por excluir o sertanejo simples da civilização brasileira ideal:

Acompanhado a esse processo modernizante, a exclusão social também chegou por aqui. Ao longo da formação da história brasileira, a higienização social foi sempre o fiel escudeiro do discurso do progresso. Ao proporem a modernização da sociedade sertaneja, os ideais de Gumes acabaram por colocar à margem da sociedade diferentes sujeitos, principalmente aqueles que são fruto do processo desigual da formação do Brasil. (PINTO, 2017, p. 24)

A interseção das ideias do cidadão caetiteense com os ideais defendidos⁵ por uma elite conservadora brasileira nos faz pensar em João Gumes dentro da categoria de intelectuais conservadores. Diferentemente de Alfredo Silva, as posições assumidas por Gumes eram mais sutis e voltadas para a modernização do Alto Sertão da Bahia, porém o conservadorismo de costumes típicos da elite dominante do Brasil o torna uma figura que é constantemente presente na história brasileira: liberal na economia e admirador do progresso, mas conservador nos costumes.

Dada a formação positivista de Gumes, pautada sobretudo na crença inabalável no progresso, o discurso elitista do progresso chegou nos escritos do jornal *A Penna*, fato observado nos artigos escritos e nas propagandas expostas. No progresso defendido pelo autor, o sertanejo dessa região não caberia, por isso havia a necessidade de moralizar esse cidadão, inserindo-o dentro dos costumes da *Belle Époque Carioca*. Ideias como a de aseamento urbano e padronização da moda foram visualizadas dentro dos escritos de João Gumes, estas que também eram presentes no processo de modernização do Rio de Janeiro, conforme defende Pinto (2017):

Assim, Caetité, cidade do alto sertão da Bahia, em meio ao surgimento de seu progresso, vivenciou situações que se caracterizam como processos de higienização da sociedade. Traços da Belle Époque carioca estiveram presentes na sociedade sertaneja e ideias como a de limpeza social ganharam força em discursos

vigorantes nessa cidade. Ao mesmo tempo que o progresso criou condições modernas, ele acabou por excluir a participação do povo em alguns desses processos modernizantes. Uma espécie de Belle Époque foi vivenciada no alto sertão da Bahia, com características próprias, porém com semelhanças ao processo carioca de mesmo nome. Nesses sertões, formou-se, então, uma Belle Époque Sertaneja. (PINTO, 2017, p. 23)

Por ser um dos principais responsáveis por esses discursos moralizantes, consideramos Gumes como representante do conservadorismo da sociedade caetiteense pós-republicana. Esse conservadorismo, conforme evidenciado, permanece em Caetité até nos dias atuais, o que é perceptível no convívio e nas relações sociais dessa localidade, e é fruto de toda formação discursiva do século XIX e XX.

Considerações Finais

Os intelectuais participam ativamente de um sistema de poder. Em *Microfísica do Poder* (1979), Michel Foucault destaca o papel dos intelectuais: eles são os responsáveis por dizer que a verdade muda. O intelectual não detém um saber mais rebuscado do que a população em geral, ele apenas conseguiu se sobressair a uma intensa disputa pelo poder de falar, que institui quem pode dizer e quem deve se calar. A massa, por vezes, conhece mais do que os próprios intelectuais, porém há “um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber” (FOUCAULT, 1979, p. 42). No espaço sertanejo que analisamos nessa produção, João Gumes e Alfredo Silva venceram a disputa pelo poder da fala e colocaram suas ideias e seus contextos em seus escritos e, por isso, são aqui considerados intelectuais.

No livro *Em Defesa dos Intelectuais* (1994), Jean-Paul Sartre estabelece que o intelectual é aquele que assume posições contrárias à hegemonia da classe dominante; o intelectual de Sartre deve negar a realidade representada pelas elites. Por outro lado, Sartre evidencia a existência de um outro intelectual, esse que vive em um plano de contradições: ao mesmo tempo que o intelectual deve exercer seu papel essencial de defesa aos valores universais, tais como os de bem e de

progresso, ele acaba por cair no discurso genérico da época, exercendo um papel de conservador de alguns costumes, estes essencialmente provenientes da classe dominante. De fato, percebe-se que os dois intelectuais aqui analisados, João Gumes e Alfredo Silva, encaixam-se na segunda categoria do intelectual sartreano: intelectuais por acidente, não por essência.

Assim, verifica-se que tanto Alfredo Silva quanto João Gumes – dotados do poder simbólico advindo da palavra – promovem a manutenção da organização social posta, o que pode ser verificado nos espaços ocupados por ambos – a sala de aula (formadora de opinião/cidadãos) e o meio jornalístico e literário (idem). O conservadorismo da cidade de Caetité ainda é constatável, com certeza, graças às colaborações dos dois intelectuais que, aqui, são concebidos como “intelectuais conservadores”.

Referências

A PENNA. Jornal digitalizado. Arquivo Público Municipal de Caetité. Ano I a IX, 1897-1930, Caetité-BA.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática.** In: ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu. São Paulo, Editora Ática, 1983.

CARNEIRO, Cristina Maria Quintão. Estrutura e ação: aproximações entre Giddens e Bourdieu. **Tempo de Ciência.** Vol. 13, n. 26, 2006.

CAZETTA, Felipe. Intelectuais conservadores e a luta pelo poder: Le Bon, Sorel, Action Française e Integralismo Lusitano. **Revista História** [online]. vol.36, e2, 2017.

CONSERVADORISMO. Dicionário Online de Português. Disponível em: <www.dicio.com.br/conservadorismo/>. Acesso em 10 de set. 2019.

COSER, Lewis A. **Hombres de Ideas:** El punto de vista de un sociólogo. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1980.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São PAULO, Martins Fontes, 1989

GUMES, João. **Vida Campestre**: narrativa dos costumes e hábitos dos lavradores do Alto Sertão Sul da Bahia, 1926.

GUMES, João. **Os Analphabetos**. Salvador: EDUNEB, 2014.

GUMES, João. **O Sampauleiro**: romance de costumes sertanejos. Salvador: EDUNEB/EDUFBA, 2018.

HARAWAY, D. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas v.5, p.7-41, 1995.

HIRSCHMAN, Albert O. **The Rhetoric of Reaction**: Perversity, Futility, Jeopardy. Cambridge, Massachusetts: Harvard. University Press, 1991.

HUNTINGTON, Samuel P. Conservatism as an Ideology. **The American Political Science Review**, Washington, DC, 51, n. 2, p. 454-473, jun. 1957.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos, 2012.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: 34, 1994.

MARQUES, Alexandre Barreiros; SILVA, Ana Paula Araújo. **A instituição de caridade “Casa Preta” como mecanismo de limpeza social (1915-1925)**. TCC (Artigo) – 17 páginas. Universidade do Estado da Bahia, campus VI, DCH, 2017.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **A prosa do mundo**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sucessão dominial e escravidão na pecuária do Rio das Rãs. *Sitienbus*, Feira de Santana, nº 21, Jul/Dez. 1999.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**/ Eni Pulcinelli Orlandi - 6. ed - São Paulo, Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001 (Coleção passando a limpo).

PINTO, Diego Raian Aguiar. **O “átomo invisível” na defesa dos ideais de progresso e civilização**: João Gumes, escritor cidadão. Monografia (Licenciatura em História). Caetité: UNEB/ DCH – Campus VI, 2017, 27p.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. Hommes de Lettres na “Corte do Sertão”: João Gumes e Escrita Social. In: **Seminário Brasileiro De História Da Historiografia – O Giro Linguístico E A Historiografia: Balanço E Perspectivas**, 6., 2012, Ouro Preto. Anais... Ouro Preto: EdUFOP, 2012.

ROBIN, Corey. **The Reactionary Mind**: Conservatism from Edmund Burke to Sarah Palin. New York: Oxford University Press, 2011.

RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1956

ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. I, II, III. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1960.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual**: as Conferências Reith de 1993. Tradução: Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, Danielly Pereira dos. **Edição corrente dos apontamentos didáticos do professor Alfredo Silva**: uma historiografia da literatura brasileira das origens ao romantismo. Monografia (Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas). Caetité: UNEB / DCH – Campus VI, 2018, 212p.

SILVA, Alfredo José da. Gramática vol. 1. In: SANTOS, Danielly Pereira dos. **Edição corrente dos apontamentos didáticos do professor Alfredo Silva**: uma historiografia da literatura brasileira das origens ao Romantismo. 2018. 212 f. Monografia (Graduação) - Curso de Letras - Língua Portuguesa e Literaturas, Universidade do Estado da Bahia, Caetité, 2018.

SILVA, Alfredo José da. Gramática vol. 2. In: SANTOS, Danielly Pereira dos. **Manuscritos de Alfredo José da Silva**: reflexões sociais, políticas e identitárias sobre o Brasil – edição crítica e cartilha de brasilidades. 2020. 175 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ensino Linguagem e Sociedade, Universidade do Estado da Bahia, Caetité, 2020.

SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TRIGUEIRO, Gabriel Romero Lyra. Conservadorismo: perspectivas conceituais. **Revista Estudos Políticos**. Vol. 6, n. 1, 2016.

XAVIER, Rodrigo Alexandre de Carvalho. Algumas considerações sobre o papel do intelectual. In: _____. **Eça de Queirós Intelectual: a literatura e o projeto de "regeneração" de Portugal no século XIX**. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

¹ Danielly Pereira dos Santos. Graduada em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas (UNEB). Especialista em Letras, Língua e Linguagem (FACEI). Mestranda em Ensino, Linguagem e Sociedade (UNEB). danielly_stt@live.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0256370031535695>.

² Diego Raian Aguiar Pinto. Graduado em História (UNEB). Especialista em História do Brasil (FACEI). Mestrando em Ensino, Linguagem e Sociedade (UNEB). aguiardiego1403@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9720943973446287>.

³ Segundo Erivaldo Fagundes Neves (1999, p 119), o Alto Sertão da Bahia é a “área angulada pelos rios São Francisco e seu afluente Verde Grande, que atualmente constitui partes das regiões econômicas do Médio São Francisco, Serra Geral e Chapada Diamantina (...)” Para o autor, o povoamento e a ocupação econômica dessa região se “iniciou com fazendas de gado de Antônio de Guedes Brito, pecuária com trabalho escravo, contrariamente ao que informa a historiografia tradicional. ” Antes de Erivaldo Fagundes, Gumes já definia o Alto Sertão da Bahia: “É chamado Alto Sertão da Bahia o vastíssimo território das catingas, carrascos, chapadas, charnecas, pseudomattos, que não é vestido de uniformes e pujantes florestas a que dá-se entre nós o nome de Mattas. Ahi, quer no espaço, são os contrastes mais vivos e surpreendentes e uma variedade infinita de altitudes e aspectos confundem e deslumbram (A Penna, Ano II, n 40, p. 02, 18 de julho de 1913). (PINTO, 2017, p. 02).

⁴ A Penna, Ano II, n. 1, p. 01, 25 de fevereiro de 1889.

⁵ A doutrina filosófica/científica do positivismo, criado por August Comte, estruturou diversas linhas de pensamento do mundo contemporâneo. Criada no século XIX, o positivismo parecia estar de acordo com a construção do novo mundo, este exigente de um progresso absoluto, baseado, principalmente, na evolução do sistema capitalista. A crença inabalável no progresso e a objetividade metódica para o entendimento da sociedade, princípios básicos do positivismo, migraram para o Brasil do século XIX e XX. O positivismo, a partir de então, tornou-se o pensamento basilar de uma nascente elite conservadora brasileira, estruturada, principalmente, no ideal representado na bandeira do Brasil, Ordem e Progresso. Se faz necessário modernizar os setores da sociedade brasileira sem o esquecimento da ordem. Antes do progresso, a ordem. O liberal brasileiro é um conservador de costumes, fato observado até nos dias atuais.